

Relatório Anual da Atividade de Cooperação

2018



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Relatório Anual da Atividade de Cooperação

2018



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2019 • www.bportugal.pt



Prosseguida consistentemente
pelo Banco de Portugal
há quase três décadas,
a cooperação com os bancos
centrais homólogos de países
emergentes e em desenvolvimento,
entre os quais se destacam
os de língua portuguesa,
representa um contributo
para a estabilidade monetária
e financeira global.”

Carlos da Silva Costa,
Governador do Banco de Portugal

A atividade de cooperação, em números
2018

130

AÇÕES DE COOPERAÇÃO



1 Atividade de cooperação em 2018

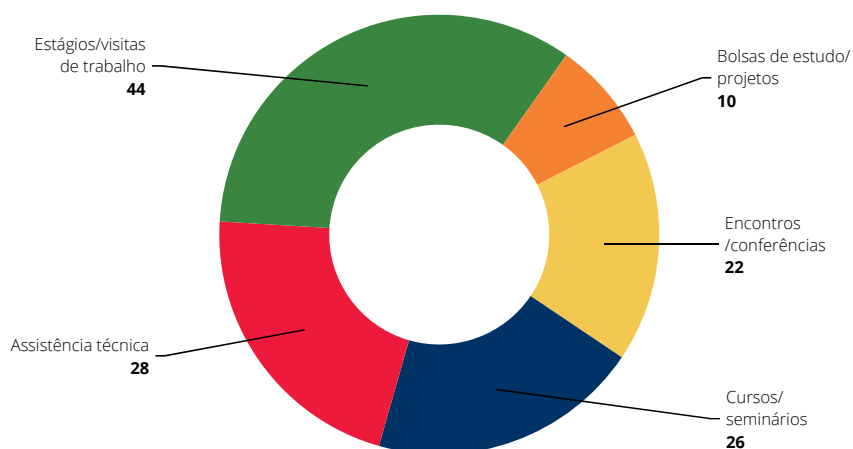
A partilha de conhecimento e de experiência, visando o desenvolvimento de capacidades dos recursos humanos e das instituições, constitui uma área de missão em muitos bancos centrais. Assim acontece também no Banco de Portugal, onde este importante vetor de apoio à estabilidade monetária e financeira abrange o leque completo de instrumentos económicos, financeiros, jurídicos e operacionais utilizados pelos bancos centrais. As atividades de cooperação são desenvolvidas, praticamente na sua totalidade, com recursos técnicos e financeiros internos do Banco de Portugal e percorrem transversalmente as funções e os departamentos.

Orientada para a capacitação dos seus homólogos de países emergentes e em desenvolvimento, a cooperação é um serviço prestado à comunidade, quer no estrito contexto dos bancos centrais e respetivos quadros nacionais, quer na esfera mais ampla das instituições internacionais. Reverte também em benefício do Banco de Portugal, pelo enriquecimento que resulta da partilha de experiências e pelo contributo para um melhor funcionamento das instituições parceiras e uma maior sintonia no seio da comunidade de bancos centrais. Além das ações diretamente organizadas ou coorganizadas pelo Banco, a atividade de cooperação estendeu-se à participação em estruturas nacionais, europeias e internacionais que abordam temáticas da cooperação. Neste âmbito, o Banco afirma-se com um importante ator na fixação de um corpo de conhecimento concetual e prático nesta área, reconhecido pelos pares e pelas instituições de referência.

A cooperação traduziu-se na realização de 130 ações em 2018, 72% das quais com o universo da lusofonia, em parceria com 35 instituições. As áreas da supervisão e estabilidade financeira assumiram a maior expressão e, a par com auditoria/gestão de risco e novas tecnologias, registaram aumentos mais significativos em termos de recursos humanos.

Pela sua natureza diferenciadora, associada às temáticas, às características inovadoras, ao impacto potencial e sentido de compromisso, escolheram-se sete destaques da atividade da cooperação, sob as designações: Sistema Integrado de Gestão Monetária (SIGMA) do Banco de Cabo Verde; Financiamento verde; Novos acordos de cooperação técnica; Seminário sobre resolução bancária; Museu do Dinheiro; Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; e *Fintech* e cibersegurança.

Gráfico 1.1.1 • Ações de cooperação em 2018 por tipologia





Sistema Integrado de Gestão Monetária (SIGMA) do Banco de Cabo Verde

O Banco de Cabo Verde tem vindo a desenvolver um sistema integrado para a gestão das atividades nas áreas de política monetária e mercados monetários (SIGMA), que inclui condução de leilões de operações de política monetária e recurso às facilidades permanentes, gestão dos ativos de garantia para as operações de crédito, gestão da liquidez interbancária (controlo de reservas mínimas e previsão da liquidez) e funcionamento do mercado monetário interbancário.

O Banco de Portugal colaborou no desenvolvimento e implementação do SIGMA ao longo dos últimos anos, fazendo deslocar especialistas a Cabo Verde para partilhar a sua experiência e identificar espaços de aperfeiçoamento.

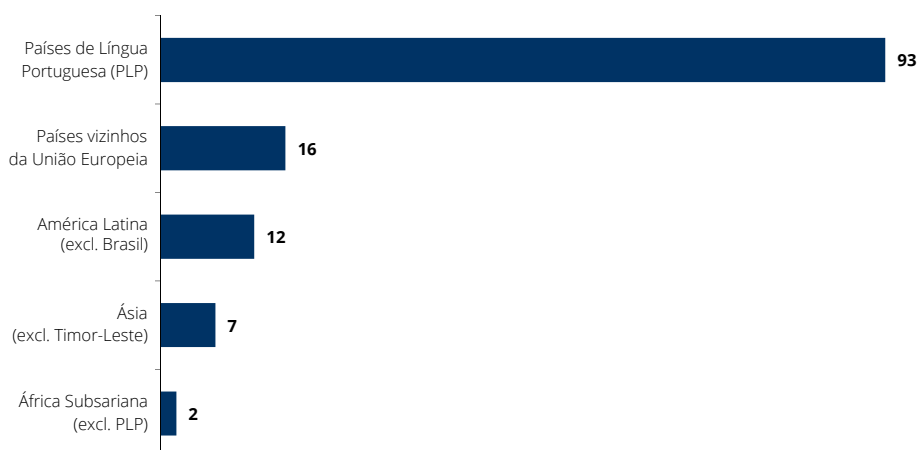


Financiamento verde

As alterações climáticas são uma das principais questões globais das últimas décadas, em particular desde o Acordo de Paris (dezembro de 2015). Focado na ideia de conter o aumento médio da temperatura global abaixo de 2°C, o Acordo deixou patente que a dimensão do esforço financeiro necessário iria exigir o envolvimento alargado do setor privado e, em especial, do sistema financeiro. Daí resultou uma atenção crescente ao chamado financiamento verde (*green finance*), que se enquadra no conceito mais vasto de financiamento sustentável. Também os bancos centrais têm sido cada vez mais interpelados nestas matérias, em várias dimensões da sua atividade.

O Banco de Portugal participou em 2018 numa significativa intensificação da abordagem ao financiamento sustentável em diversos organismos internacionais nos quais participa. Um dos primeiros momentos desse processo foi a intervenção do Banco no *Fórum de Macau sobre Green Finance*, em abril.

Gráfico 1.1.2 • Ações de cooperação em 2018 por região





Novos acordos de cooperação técnica

A atividade de cooperação tem merecido um reconhecimento internacional assinalável, que se reflete também no número de protocolos bilaterais celebrados. Em 2018, foram assinados dois novos Acordos de Cooperação Técnica com instituições congêneres: a Autoridade Monetária de Macau e o Bank Al-Maghrib (banco central de Marrocos).

Os acordos surgem na sequência do estreitamento dos laços entre o Banco de Portugal e aquelas instituições e permitem enquadrar de forma estruturada as iniciativas de cooperação, com benefícios para a respetiva abrangência, fiabilidade, previsibilidade e eficiência.

Gráfico 1.1.3 • Ações de cooperação em 2018

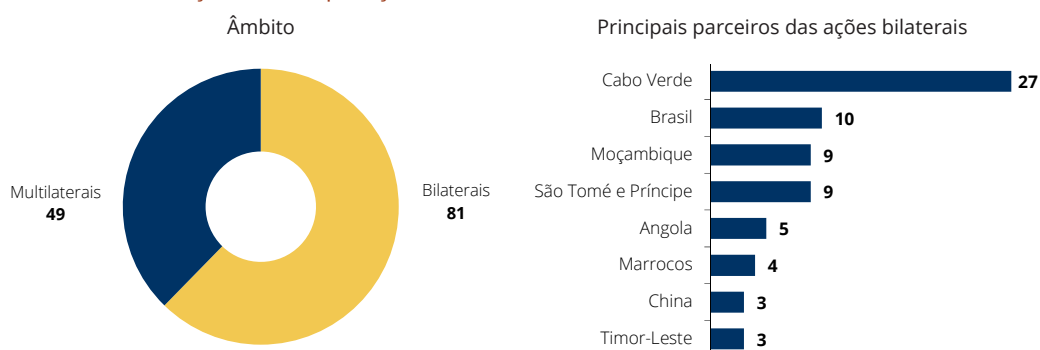
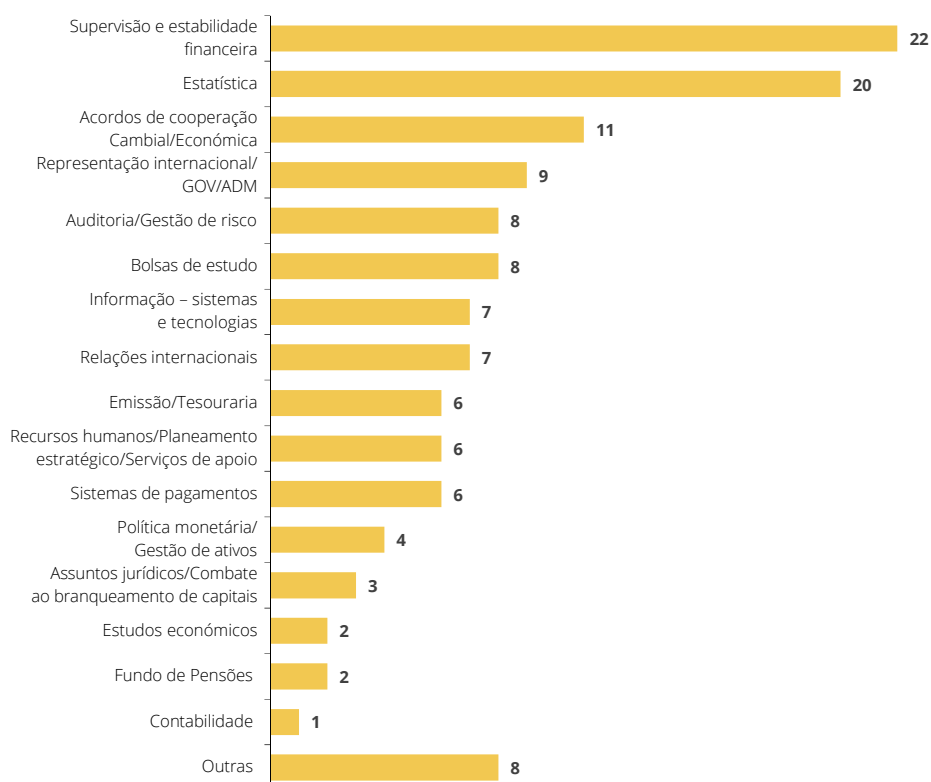


Gráfico 1.1.4 • Ações de cooperação em 2018 por tema





Seminário sobre resolução bancária

O Banco de Portugal promoveu, em 2018, pela primeira vez, a realização de um seminário sobre resolução bancária, destinado aos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.

Para além da partilha de experiências de resolução bancária no universo lusófono, a participação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu permitiu, por outro lado, debater a reforma internacional da agenda da resolução, aspetos da construção da União Bancária na Europa e os mecanismos únicos de supervisão e de resolução europeus.



Museu do Dinheiro

O sucesso do Museu do Dinheiro do Banco de Portugal estendeu-se ao domínio da cooperação: delegações de diversos bancos centrais dos países lusófonos e de outras geografias manifestaram o seu interesse em visitar o Museu e conhecer de forma mais aprofundada esta iniciativa.

Na generalidade dos casos o objetivo destas visitas foi essencialmente obter informação e retirar ilações que permitam desenvolver processos conducentes à criação de espaços idênticos de divulgação nas suas instituições. O Banco de Portugal disponibilizou-se para partilhar a sua experiência e apoiar os bancos centrais no desenvolvimento de projetos desta natureza, relevantes do ponto de vista histórico, mas também fundamentais na promoção da literacia financeira e para o conhecimento do papel dos bancos centrais.



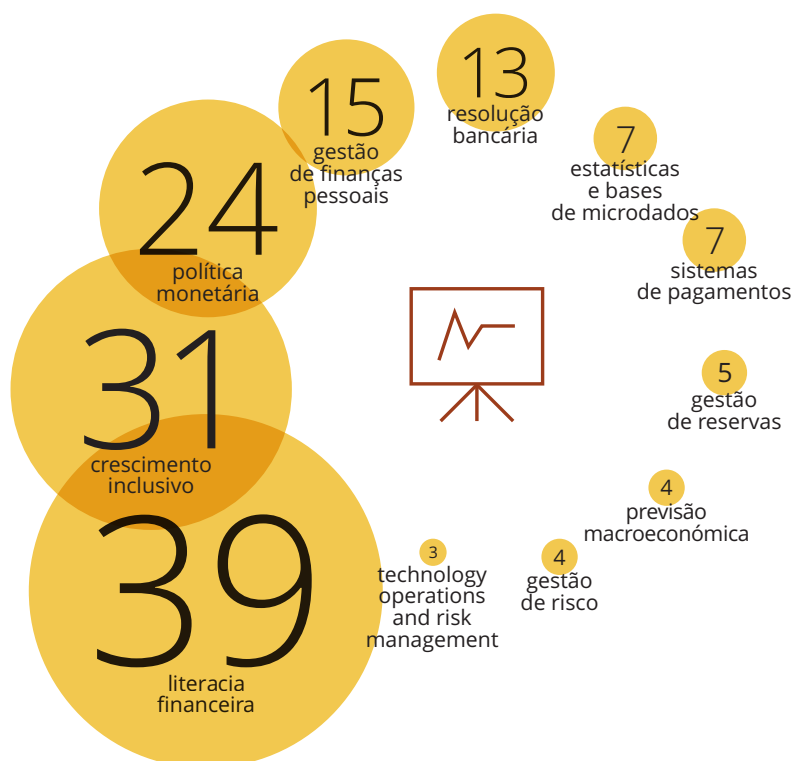
Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde

O Acordo de Cooperação Cambial (ACC) entre Portugal e Cabo Verde completou duas décadas de existência em março de 2018. Foi concebido com a colaboração do Banco de Portugal, que participa desde o início nas estruturas criadas para zelar pelo seu bom funcionamento.

O ACC assenta numa taxa de câmbio fixa entre as moedas das duas partes, sustentada pelo compromisso das autoridades cabo-verdianas com a prossecução de políticas económicas adequadas, pelo compromisso do Tesouro português com a disponibilização de uma facilidade de crédito limitada mas concessional e pelo compromisso conjunto com um acompanhamento macroeconómico apropriado.

A celebração deste aniversário deu origem a diversas iniciativas em Portugal e em Cabo Verde, promovidas pelo Banco ou com a sua participação. Ficou patente o balanço largamente positivo do ACC, que terá dado um contributo relevante para a estabilidade e o crescimento da economia cabo-verdiana.

Figura 1.1.1 • Cursos e seminários organizados para os Países de Língua Portuguesa em 2018 e número de participantes



Fintech e cibersegurança

Os desenvolvimentos em matérias de inovação e tecnologia financeira (*Fintech*), a par da cibersegurança, têm ganho relevo na atividade do Sistema Europeu de Bancos Centrais, em particular no que se refere à sua dimensão regulatória e aos riscos prudenciais e operacionais que colocam à estabilidade financeira e ao bom funcionamento dos sistemas de pagamentos. O crescente envolvimento do Banco de Portugal no acompanhamento destas matérias está também refletido na atividade de cooperação internacional.

Em 2018, o aumento de ações de cooperação realizadas nestes domínios envolveu, nomeadamente, a participação dos departamentos de Sistemas de Informação, Supervisão Prudencial e Sistemas de Pagamentos do Banco de Portugal. Merece destaque a realização do *Seminar on Technology Operations and Risk Management*, organizado em colaboração com o Federal Reserve System, destinado aos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.

Sobressai ainda o trabalho desenvolvido com o Banco Central do Brasil, que incluiu várias ações de assistência técnica e a participação no *International Seminar on Digital Innovations in Financial Markets*, bem como a participação no *Seminário sobre Cibersegurança*, promovido pelo Bank Al-Maghrib (banco central de Marrocos).

2 Cursos e seminários realizados para os Países de Língua Portuguesa em 2018

2.1 Introdução à gestão de reservas | 19 a 21 de fevereiro

Curso de natureza introdutória, organizado pelo Departamento de Mercados e Gestão de Reservas, que visou apresentar os principais conceitos e procedimentos relativos à atividade de gestão de reservas. Abordaram-se temas relacionados com o acompanhamento de mercados, a execução de operações de gestão de carteira (funções de *front-office*) e o seu registo e processamento (funções de *back-office*).

2.2 Formação de formadores em gestão de finanças pessoais | 19 a 23 de fevereiro

Organização conjunta do Banco de Portugal, Banco Central do Brasil e Alliance for Financial Inclusion (AFI), a formação destinou-se a capacitar um grupo de formadores com informação sobre metodologias adequadas a diferentes públicos-alvo e a diferentes contextos sociais e económicos, tendo abordado temas como planeamento do orçamento familiar, crédito e endividamento, meios de pagamento e prevenção da fraude, bem como a importância da poupança e as suas possíveis aplicações.

2.3 Introdução à gestão de risco | 22 a 23 de fevereiro

Curso de natureza introdutória, organizado pelo Departamento de Gestão do Risco, que procurou complementar os conhecimentos adquiridos no curso de *Introdução à Gestão de Reservas*, incidindo especificamente nos aspetos relacionados com o adequado enquadramento da gestão dos riscos inerentes à gestão de reservas (e de outros ativos financeiros).

2.4 Crescimento inclusivo | 12 a 23 de março

Organização conjunta do Banco de Portugal e do Institute for Capacity Development do Fundo Monetário Internacional, o curso visou proporcionar uma compreensão dos conceitos relativos ao crescimento inclusivo, bem como de algumas ferramentas analíticas e operacionais para avaliar, medir e monitorizar o impacto do crescimento sobre a pobreza, a desigualdade e a criação de emprego.

2.5 Sistemas de pagamentos | 7 a 11 de maio

Seminário, organizado pelo Departamento de Sistemas de Pagamentos, que visou apresentar e desenvolver conhecimentos essenciais para técnicos dos bancos centrais que desenvolvam atividade no domínio do processamento de operações e da superintendência de sistemas de pagamentos, no âmbito quer de operações de retalho, quer de grandes transações.

2.6 Resolução bancária | 24 e 25 de maio

Seminário, organizado pelo Departamento de Resolução, que contou com a presença de elementos do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, e visou apresentar as práticas

e os princípios associados aos processos de resolução bancária (planeamento, implementação, cooperação com outras entidades e desafios jurídicos), com a apresentação do enquadramento europeu e a partilha de experiências entre os Países de Língua Portuguesa.

2.7 Estatísticas e bases de microdados | 28 de maio a 1 de junho

Curso organizado pelo Departamento de Estatística, que apresentou a experiência do Banco de Portugal no domínio da organização e estrutura de um departamento de estatística de um banco central. Foram abordadas as principais áreas de intervenção no domínio da estatística, com ênfase nos processos de recolha, processamento e divulgação da informação, nomeadamente de bases de microdados.

2.8 Implementação da política monetária | 23 de junho a 1 de julho

Curso ministrado no Brasil pelo Departamento de Mercados e Gestão de Reservas, numa organização do Banco Central do Brasil, que visou dotar os participantes da capacidade de identificar os mecanismos de transmissão da política monetária, os instrumentos à disposição do banco central e os critérios de elegibilidade das contrapartes e dos ativos de garantia para as operações de crédito. Incidiu também sobre a aplicação de diferentes técnicas para prever a liquidez do sistema bancário.

2.9 Previsão macroeconómica | 25 a 29 de junho

Curso organizado pelo Departamento de Estudos Económicos, que visou dotar os participantes das ferramentas necessárias ao desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de modelos de previsão a curto e médio prazo de variáveis macroeconómicas.

2.10 *Seminar on Technology Operations and Risk Management (STORM)* | 9 a 12 de julho

Seminário organizado pelo Departamento de Supervisão Prudencial em colaboração com o Federal Reserve Bank of New York, que visou desenvolver a capacidade de identificação e compreensão dos principais riscos de natureza tecnológica que afetam as instituições financeiras, tendo sido abordados os pontos de conexão entre a tecnologia e os demais riscos de negócio, discutidas as perspetivas de gestão do risco tecnológico e a governação dos aspetos tecnológicos numa perspetiva de supervisão.

2.11 Formação de formadores no âmbito do Plano Estratégico Nacional de Literacia Financeira | 27 de julho a 12 de agosto

Formação lecionada em Timor-Leste pelo Departamento de Supervisão Comportamental, numa organização do Banco Central de Timor-Leste e do Ministério da Educação de Timor-Leste, que visou capacitar professores como formadores em educação financeira nas suas escolas. O curso abordou os conteúdos do manual de educação financeira timorense, que inclui aulas sobre notas e moedas em circulação, necessidades e desejos, orçamento, poupança, funções dos bancos, depósitos e juros.

